



CÂMARA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE EMPREITADA DE "CENTRO INTERPRETATIVO DO BARROCO - IGREJA DO ESPIRITO SANTO - OBRAS DE REABILITAÇÃO, CONSERVAÇÃO E RESTAURO" ADJUDICADA À SOCIEDADE ANÓNIMA EMPRIPAR OBRAS PÚBLICAS E PRIVADAS, S.A., DE MOREIRA - MAIA [PO 181/2016].

(Artigos 94º e 96º do Código dos Contratos Públicos)

No dia **30 de março de 2017**, nesta vila de Arcos de Valdevez e Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal, comigo, Lic. Faustino Gomes Soares, Chefe de Divisão, como oficial público da mesma Câmara, compareceram o senhor **Dr. João Manuel do Amaral Esteves**, casado, natural da extinta freguesia de Arcos de Valdevez (Salvador), atualmente União de Freguesias de Arcos de Valdevez (Salvador), Vila Fonche e Parada, residente no lugar de Aldeia, Freguesia do Couto, ambas deste concelho, que outorga na qualidade de presidente da referida Câmara Municipal, em representação do **Município de Arcos de Valdevez**, pessoa colectiva número 505 211 696, nos termos da alínea f) do nº 2, do artigo 35º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e de harmonia com as deliberações camarárias de 24 de fevereiro de 2017, que autorizou a celebração do contrato, e de 27 de março de 2017, aprovou a respetiva minuta, como primeiro outorgante; e -----

Luís Jorge Chaves de Almeida e Sousa, titular do cartão de cidadão nº 03689275, válido até 2019/07/01, casado, residente na Rua José Gomes Ferreira, n.º 50, 7.1, Porto, que outorga, na qualidade **Administrador**, com poderes para este ato, em representação da sociedade comercial anónima, denominada "**EMPRIPAR OBRAS PÚBLICAS E PRIVADAS, S.A.**", com sede na Zona Industrial da Maia, Sector IX – Norte, Travessa de João Veiga Anjos, n.º 232, Maia, matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Maia, sob o número único de matrícula e de identificação de pessoa coletiva **508 361 508**, com o capital social de 1.470.000,00 Euros, como segundo outorgante, a fim de reduzir a escrito o respetivo contrato que se regula pelas cláusulas seguintes: -----

----- Primeira -----

A Câmara Municipal, representada do primeiro outorgante, na sua mencionada reunião ordinária de **24 de Fevereiro de 2017**, deliberou adjudicar, mediante Concurso Publico, nos termos do artigo 148º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, doravante designado por CCP, à representada do segundo outorgante, a empreitada de **"CENTRO INTERPRETATIVO DO BARROCO - IGREJA DO ESPIRITO SANTO - OBRAS DE REABILITAÇÃO, CONSERVAÇÃO E RESTAURO"**. -----

Pela referida deliberação camarária de 27 de março de 2017 foi aprovada a respetiva minuta do contrato, nos termos do disposto no artigo 98º, nº 1, do CCP. -----

----- Segunda -----

O preço contratual é de € **494.634,86** (quatrocentos e noventa e quatro mil seiscentos e trinta e quatro euros e oitenta e seis cêntimos), a que acresce o Imposto de Valor Acrescentado, à taxa de 6%, da importância de € **29.678,09** (vinte e nove mil seiscentos e setenta e oito euros e nove cêntimos). -----

----- Terceira -----

A empreitada tem por objeto os trabalhos constantes da respetiva lista contratual de preços unitários, os quais serão iniciados no primeiro dia útil a seguir ao da data da consignação, e concluídos no prazo de **365 dias**, incluindo sábados, domingos e feriados, a contar dessa mesma data. -----

----- Quarta -----

A consignação da obra deverá estar concluída no prazo de **30 dias úteis** após a assinatura deste contrato. -----

----- Quinta -----

A medição dos trabalhos executados far-se-á mensalmente, de acordo com o estipulado no artigo 388º do CCP, sendo os respetivos pagamentos efetuados no prazo de 60 dias, de acordo com o artigo 299º, nº 4, do mesmo Código. -----

----- **Sexta** -----

O prazo de garantia da obra, durante o qual a representada do segundo outorgante está obrigada a corrigir todos os defeitos da mesma, é o definido no nº 2 do artigo 397º do CCP. -----

----- **Sétima** -----

Ao incumprimento do contrato são aplicáveis as regras dos artigos 325º e seguintes do CCP. -----

----- **Oitava** -----

As revisões de preços são reguladas pelas disposições do Decreto-Lei nº 6/2004, de 6 de Janeiro, sendo efetuadas segundo a fórmula fixada no caderno de encargos que integra este contrato: **F06 – Reabilitação média de edifícios.** -----

----- **Nona** -----

O encargo total deste contrato é o do valor da adjudicação, acrescido das revisões de preços legalmente exigíveis, e do Imposto Sobre o Valor Acrescentado, sendo a classificação orçamental respectiva, do ano corrente, a seguinte: -----

Classificação orgânica - Capítulo **02** – Câmara Municipal e Serviços Municipais. -----

Classificação económica - **Agrupamento 07** – Aquisição de Bens de Investimento; -----

Subagrupamento 01– Investimentos; **Rubrica 03** - Edifícios; e **Alínea 07** – Outros. -----

Classificação Funcional – **25108.** -----

----- **Décima** -----

Os encargos financeiros emergentes do presente contrato de empreitada serão repartidos em conformidade com o Plano Plurianual de Investimentos, devidamente aprovado pela Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez, em **23 de novembro de 2016**, e de acordo com o plano de pagamentos apresentado pela adjudicatária, tendo em conta o prazo de execução da empreitada, da seguinte forma, IVA incluído à taxa legal em vigor: -----

- No ano de 2017 – € 337.339,38; -----

- No ano de 2018 – € 186.973,57. -----

----- **Décima Primeira** -----

Pela adjudicatária foi apresentada a Garantia Bancária n.º 00125-02-2051093, emitida em 14-03-2017, pelo **Banco Comercial Português, S.A.**, do valor de € 24.731,74 (vinte e quatro mil setecentos e trinta e um euros e setenta e quatro cêntimos) correspondente a 5 % do preço contratual, que fica arquivada com o presente contrato, e destinada a garantir o cumprimento do mesmo, válida até à receção definitiva da empreitada, sem prejuízo da aplicação do regime de liberação da caução previsto no CCP. -----

----- **Décima Segunda** -----

O presente contrato **está sujeito** a Visto do Tribunal de Contas, nos termos da legislação em vigor, e, na parte não especialmente e nele previsto, reger-se-á pelas disposições legais aplicáveis, designadamente, o Código dos Contratos Públicos, e legislação complementar. -----

----- **Décima Terceira** -----

1 – **Fazem parte integrante deste contrato:** -----

- a) Os suprimientos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes e aceites pela Câmara Municipal, nos termos do disposto no artigo 61º do CCP; -----
- b) Os esclarecimentos e as rectificações relativos ao caderno de encargos; -----
- c) O caderno de encargos; -----
- d) A proposta adjudicada. -----

2 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados. -----

3 – Em caso de divergência entre os documentos atrás referidos e o clausulado deste contrato, prevalecem os primeiros. -----

----- **Décima Quarta** -----

Para a resolução de todos os litígios decorrentes da execução deste contrato fica estipulado o foro do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro. -----

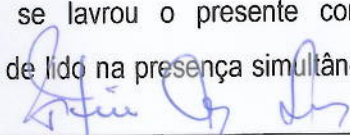
----- **Décima Quinta** -----

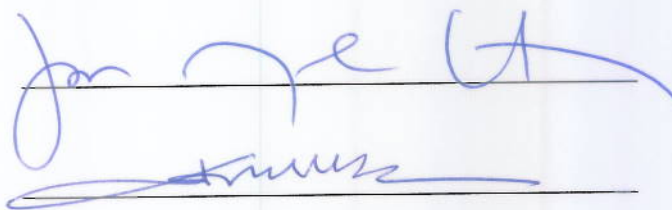
O segundo outorgante declara aceitar, para a sua representada, o presente contrato, nos termos exarados, -----

----- **Décima Sexta** -----

Que se obriga a realizar todos os trabalhos dentro das boas normas de execução e nos termos da respectiva proposta e do caderno de encargos, cumprindo todas as instruções que para esse fim lhe forem transmitidas pelos Serviços da dita Câmara Municipal. -----

Foram apresentados pelo segundo outorgante os seguintes documentos, que ficam arquivados com o presente contrato: a) Declaração do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, comprovativa de que a sua representada tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, emitida em **10-02-2017**, e válida por quatro meses; b) Certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Maia, em **10-02-2017**, comprovativa de que a referida sociedade tem a sua situação tributária regularizada, e válida por três meses; c) Alvará de empreiteiro de obras públicas nº 58843-PUB, válido por tempo indeterminado; d) Certidão Permanente, com o código de acesso 4028-1656-8735, obtida via Internet, subscrita em **14-05-2015**, e válida até **16-05-2017**, respeitante à matrícula da sociedade; e) Cópia da Acta nº 13, de 21-12-2013, do Conselho de Administração da sociedade, conferindo poderes ao segundo outorgante para intervir neste contrato; f) Documentos comprovativos de que não se encontra na situação prevista na alínea i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos; g) Declaração ANEXO II, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 81º do Código dos Contratos Públicos. -----

Para constar se lavrou o presente contrato que vai ser assinado pelos dois intervenientes, depois de lido na presença simultânea de ambos, e explicado o seu conteúdo e efeitos por mim,  Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, como oficial público neste acto. -----



Roberto G. de

Roberto G. de

Para efeitos do disposto no nº 3 do artigo 5º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, declara-se que o compromisso respeitante ao presente contrato se encontra registado no sistema de Contabilidade do Município com o nº **40/029/2017**.

REGISTADO NO LIVRO PRÓPRIO DOS CONTRATOS, SOB O Nº **12/2017**